



ORIENTE MÉDIO

Um novo polo se forma em Meca

Com a região sob os impactos da guerra de EUA e Israel contra o Irã, Arábia Saudita articula pacto conjunto de defesa com Paquistão e Turquia. Aliança se declara um instrumento “de estabilidade”, mas mexe com as peças no tabuleiro geopolítico

» SILVIO QUEIROZ

Uma semana depois de ser anunciado, na cidade mais sagrada para os fiéis muçulmanos, um novo pacto de defesa coletiva ainda reverbera nos círculos políticos do Oriente Médio — e além. O Acordo de Defesa Conjunta de Meca foi assinado pelo anfitrião, o príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, que governa na prática a monarquia, com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e o primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif. Prolongamento da aliança militar firmada em 2025 por Riad e Islamabad, o novo pacto entra em cena com a região abalada por quase seis meses da guerra iniciada por Estados Unidos e Israel contra o Irã — os três países mais diretamente interessados nos desdobramentos da articulação.

Além de ser integrado por candidatos a potências regionais, o Acordo de Meca sela um compromisso de defesa coletiva entre três polos da vertente muçulmana sunita, majoritária no mundo islâmico e contraposta à minoria xiita, que predomina no Irã e no vizinho Iraque. O comunicado conjunto divulgado em Meca define categoricamente o propósito defensivo do pacto, mas afirma que “qualquer agressão armada contra um dos três Estados (signatários) será considerada um ataque contra todos”.

O principal porta-voz militar da Turquia, o contra-almirante Zeki Ak-türk, afirmou que a aliança se destina a contribuir para “a estabilidade da região”. Assegurou que ela “é defensiva por natureza e não identifica nenhum país como adversário ou inimigo comum”. Além da coordenação de exercícios militares, a ideia é integrar também as indústrias de defesa dos três países, em boa parte com o potencial da própria Turquia, que integra há décadas a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), liderada pelos EUA. A Arábia Saudita vem de firmar com Washington um acordo de cooperação no campo da energia nuclear — com fins exclusivamente pacíficos, segundo ambos os governos.

Garantias superpostas

“O principal impacto é reforçar um processo de regionalização da segurança do Oriente Médio”, disse ao **Correio** o professor de relações

internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. “A Arábia Saudita não está simplesmente substituindo os EUA por novos aliados: está procurando construir garantias de segurança sobrepostas, nas quais diferentes parceiros oferecem capacidades diferentes”, explica. “É uma novidade para o Oriente Médio e mostra que a Arábia Saudita está com uma posição mais ofensiva no que diz respeito a iniciativas para estabilizar a região”, completa Roberto Goulart de Menezes, professor titular do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da UnB.

Rudzit vê o pacto como “um mecanismo adicional de defesa” estabelecido “entre países que mantêm relações próprias com Washington”, o que “mostra uma região menos dependente de uma única potência externa e mais preocupada em construir os próprios instrumentos de dissuasão”. Menezes avalia que a nova aliança representa, em termos “uma perda para os EUA”: “A Turquia não deixou a Otan para ingressar nesse pacto, mas vai levar sua experiência no pacto para a nova aliança”.

Ambos os estudiosos entendem que o novo trio, embora encarne o peso da vertente sunita no contexto islâmico, não tem como alvo explícito a dissuasão do Irã — posição afirmada pelos porta-vozes de Teerã em resposta ao anúncio. “O objetivo parece ser aumentar o custo de qualquer agressão, e portanto fortalecer a capacidade de dissuasão da Arábia Saudita”, analisa o professor da ESPM. “O efeito sobre o Irã é muito mais de aumentar as restrições estratégicas ao seu comportamento. Ao mesmo tempo, o governo de Riad continua interessado em administrar a relação com Teerã e evitar uma guerra direta.”

O professor do Irel/UnB vê no Acordo de Meca “um sinal de que os problemas do Oriente Médio têm de ser resolvidos pela própria região, e não podem ficar mais ao bel-prazer de uma potência externa — no caso, os EUA —, assim como não podem ficar à mercê da política expansionista de Israel”. Para Menezes, “a peças no Oriente Médio vão se mexer, se esses três países tiverem um papel importante na solução da guerra no Irã. Isso fortaleceria a aliança e poderia tornar mais previsíveis os movimentos de Teerã”.

Andrew Caballero Reynolds/AFP



Donald Trump recebe o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman: potências muçulmanas criam mecanismo regional de segurança

Para saber mais

Encruzilhadas múltiplas

A geopolítica do mundo islâmico se desenvolveu por caminhos sinuosos praticamente desde a sucessão do profeta Mohammed. Ao longo de 14 séculos, desde então, múltiplos fatores animaram o jogo de poder entre líderes religiosos e políticos, acompanhando a expansão da fé muçulmana e a conformação de nações e Estados. O acordo recém-firmado entre Arábia Saudita, Turquia e Paquistão é mais uma expressão desse processo.

Foi na sucessão do profeta que se apresentou uma primeira

encruzilhada, e os seguidores se dividiram entre sunitas e xiitas. Os dois principais ramos do islã, no plano religioso, subdividem-se hoje em escolas e vertentes teológicas.

A expansão da fé e do poder político, a partir da Península Arábica, caminharía para sobrepor às divisões religiosas as de natureza étnica e nacional. A antiga Pérsia, ao abraçar o islã, conectou-o à própria cultura, mesclada com o legado da antiguidade greco-romana. Tornou-se, por algum tempo, um polo de sabedoria, ciência e arte.

Já na Idade Média tardia, o Império Otomano (turco) alcançou a maior expressão territorial do mundo islâmico. Chegou às portas de Viena, dominou a Eurásia,

disputou a hegemonia naval no Mar Negro. Até o início do século 20, foi soberano sobre a maior parte do mundo árabe, que hoje se desmembrou em mais de uma dezena de Estados nacionais. Refundada como república laica após a derrota na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), a Turquia moderna integra a Otan e dá passos firmes para recuperar a influência na vizinhança.

Foi apenas em 1973 que a Arábia Saudita se projetou no cenário do Oriente Médio, quando liderou o boicote de petróleo da Opep ao Ocidente, pelo apoio a Israel na Guerra do Yom Kippur. Nessa altura, o Irã dividia com o Estado judeu a condição de principais aliados dos Estados Unidos na região. A Revolução

Islâmica de 1979 não apenas colocou o país em choque frontal com Washington: afirmou, também, a identidade xiita, em contraposição à posição central da monarquia saudita entre os sunitas, que formam a maioria da umma (comunidade islâmica).

O Paquistão, que completa o tripé do recente acordo, representa outro polo de afirmação muçulmana e, como Irã e Turquia, expressa o peso crescente dos fiéis não árabes, como contraponto à influência histórico-religiosa de Riad. Surgido da descolonização da Índia britânica, é hoje potência nuclear — posição única que o torna fator de equilíbrio entre os demais polos do mundo islâmico.

TERREMOTO NA INDONÉSIA

Milhares de desabrigados esperam por ajuda

AFP



Os números da tragédia: 53 mortos e cinco mil pessoas sem casa

Cerca de cinco mil pessoas que tiveram que deixar suas casas na Ilha de Flores, no leste da Indonésia, após o forte terremoto, ainda aguardam ajuda. O tremor de magnitude 7,7, que ocorreu na última sexta-feira (14), deixou mais de 100 feridos, danificou centenas de casas e edifícios e, até o fechamento desta edição, provocou 53 mortes.

Segundo Berton Suar Pelita Panjaitan, porta-voz da Agência Nacional de Gestão de Desastres (BNPB), o terremoto foi seguido por 341 réplicas. O tremor provocou queda no fornecimento de energia elétrica, falhas nos serviços de telecomunicações e pelo menos uma estrada ficou bloqueada.

“Precisamos de comida, bebida, medicamentos e fraldas para as crianças”, disse à AFP Umri, morador da aldeia de Nangahale, na costa

norte da Ilha de Flores. O homem de 55 anos, que usa apenas um nome, como muitos indonésios, está há mais de um dia abrigado em uma colina por medo de voltar para casa.

Nurhidayati, também de 55 anos, passou a noite no mesmo lugar. “Ainda estou aterrorizada, meu coração dispara quando me lembro do tremor. Subimos para cá ontem; estou com muito medo, traumatizada pelo terremoto de 1992”, acrescentou. Flores foi atingida em 1992 por um cismo de magnitude 7,7, que provocou um tsunami e deixou cerca de 2.500 mortos.

Na aldeia de Kisol, Bertolomeus Tiga, de 42 anos, disse à AFP que a sua casa desabou devido ao terremoto. “Ainda não chegou ajuda. O que mais precisamos são produtos básicos. Comida, água, medicamentos”, explicou.

“Além da perda de vidas, o terremoto causou danos materiais

que paralisaram as atividades diárias dos moradores”, afirmou, ontem, em um comunicado. Também informaram que 101 pessoas ficaram feridas. Segundo o porta-voz da Agência Nacional de Gestão de Desastres, os sobreviventes precisam, com urgência, de barracas, alimentos, medicamentos, cobertores, camas de campanha, esteiras, água potável e geradores elétricos.

Fathur Rahman, funcionário dos serviços de resgate, disse ontem à AFP que não há relatos de pessoas soterradas ou desaparecidas. “Por enquanto, estamos concentrados nos trabalhos de busca”, afirmou. Berton informou que pelo menos 914 casas sofreram danos graves e centenas foram afetadas de forma mais fraca. Também foram abaladas 93 escolas, 36 centros de saúde e 38 instalações governamentais.

O governo enviou 50 mil pacotes

de ajuda, que totalizam 275 toneladas, por região, e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, ofereceu o apoio dos satélites de observação Copernicus, para auxiliar nos trabalhos de busca e resgate.

América Latina

A Colômbia continua removendo os escombros da destruição causada por um forte terremoto na última segunda-feira (10), com poucas chances de resgatar sobreviventes. O cismo derrubou milhares de casas, edifícios, hotéis e hospitais, matou mais de 290 pessoas e, até o momento, cerca de 300 estão desaparecidas.

Ainda na noite de sábado, o presidente da Colômbia, Abelardo de la Espriella, pediu ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a suspensão temporária de tarifas sobre produtos colombianos. O pedido foi feito como o objetivo de ajudar na recuperação do país sul-americano.